

# Psicanálise: A experiência da alteridade<sup>1</sup>

Carlos Ernesto Barredo<sup>2</sup>

**Resumo:** Freud argumentou que a necessidade de passar por “uma experiência do inconsciente” é o único constituinte de um analista. A psicanálise é um método, um dispositivo assimétrico que contém em seu centro o germe do jogo de relações em que consiste essa experiência. Nova forma de laço social promove uma experiência de alteridade radical. A contratransferência e a questão da pessoa e presença do analista são discutidas com as noções de posição sobre o dispositivo e “desejo de analista”, como o motor de cura. Uma interpretação é eficiente quando produz efeitos, tem (con)sequências, relança o processo. A experiência é limite e interior, que não pode ser autorizada sem qualquer conhecimento anterior, ser levada a questionar todo mundo, e ser fundante, autor. Por isso, surge que o analista só se autoriza por si mesmo, isto é, pela experiência de alteridade que se constitui como tal.

**Palavras-chave:** experiência; inconsciente; alteridade; dispositivo.

Desde o início da psicanálise, Freud enfrentou a exigência de poder comunicar e compartilhar com seus colegas os resultados de sua prática na abordagem das neuroses.

Desenvolveu as análises dos sonhos próprios e alheios, expôs múltiplos exemplos de psicopatologia da vida cotidiana, publicou históricos clínicos e comentários de textos que mostrava seus descobrimentos em ação, tanto em seus escritos quanto em suas conferências.

Descreveu em detalhe a regra fundamental do procedimento que havia criado e se estendeu em *conselhos* para guiar os que quisessem avançar na prática do mesmo.

Pode parecer um paradoxo que todo esse enorme esforço por tornar transmissíveis seus achados resultara insuficiente para capacitar seguidores e gerar neles convicção sobre a eficácia e veracidade dos argumentos com os quais sustentava suas explicações.

Não obstante, desde o começo, não deixa de remeter à prática da análise dos próprios sonhos como fonte de evidência, sustentação e reforço das convicções adquiridas.

---

<sup>1</sup> Texto publicado na revista “Docta”, da Associação Psicoanalítica de Córdoba, Ano 8, nº 6, primavera de 2010. Foi apresentado em reunião científica na Associação Psicoanalítica de Buenos Aires (APdeBA). Posteriormente, foi publicado em inglês e italiano pela revista Funzione Gamma da Università Sapienza di Roma.

<sup>2</sup> Membro titular com funções didáticas na APdeBA (Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires).

Pouco tempo depois, aquela recomendação se transformaria na sugestão ou indicação de realizar uma “**experiência do inconsciente**”, situando-se como analisando em relação com um analista já “experiente”.

Esta via, com floreios iniciais, se consagrará logo como a única possível para tornar-se analista, isto é: ter sido analisado, ter atravessado a experiência do inconsciente.

A criação de Freud, sua invenção, foi um método, um dispositivo que aloja em seu seio o germe do jogo de relações em que consiste essa experiência.

Este processo, estruturado com base em uma regra fundamental que indica funcionamentos precisos para cada um dos lugares que determina: associação livre para o analisando e atenção flutuante e abstinência (que não equivale à neutralidade, muito menos à passividade) para o analista, organiza uma forma de interlocução que não é um diálogo.

É, contudo, uma experiência de palavra, dá conta do que acontece com alguém quando alguém fala com o outro, quando dirige seus dizeres, em condições muito precisas que fazem justamente a especificidade da experiência analítica, constituindo uma nova forma de vínculo social.

A associação livre não sugere informar ou comunicar, senão tornar possível a emergência do *saber não sabido* uma das formas que Freud denominava o inconsciente.

Fazer viável a associação livre, sua operacionalidade, implica desalojar metas, as “representações meta” na terminologia freudiana, que orientariam a um objetivo predeterminado do processo associativo.

Essas representações funcionam como ideais aos que as aspiram. Enquanto se fazem presentes instalam uma massa de dois que as compartilham, e isso mesmo já funciona como resistência. É por isso que o analista deve desalojar-se desse lugar, evitar ocupá-lo sem cair na “astúcia” de converter-se em meta a falta de metas: não se trata de não esperar nada, senão de não saber o que se espera, que se apresenta como surpresa, isto é, que o analista sanciona com sua interpretação.

Para que isso seja possível, o analista tem de estar situado no lugar que o dispositivo fixa como lugar do Outro. Somente dali poderá responder, ao que lê como saber não sabido, no relato que lhe é dirigido pelo fato dele ocupar esse lugar.

O que lhe é dirigido: “um discurso como forma de se entregar ao Outro”, segundo afirma Roland Barthes. Isso que o analisando entrega em suas associações como uma verdade de si que ignora ou desconhece implica uma cadeia, é algo articulado nessa demanda em que consiste o discurso. O desejo inconsciente é o inarticulável pelo sujeito, mas articulado em sua demanda.

Assim: saber o não sabido, desejo inconsciente ou discurso do Outro, como formulações, remetem a algo da ordem do que se articula (o que é estruturado como uma linguagem), e não do plano das emoções, os afetos ou vivências inefáveis aos que Freud já havia negado, o estatuto do inconsciente.

Ao mesmo tempo, o que o analisando dirige ao Outro é um relato de amor. Enquanto se supõe um saber sobre o mistério de seu sintoma, o ama: eixo libidinal, dimensão do amor da transferência.

Amor a que Freud negará caráter de artifício, tão autêntico como qualquer outro que fará, contudo, da transferência, como união de amor e saber, o específico da picanálise como uma via, um curso a seguir para o qual não há modelo na vida real.

Se requer então conceber uma nova forma de vínculo social, um novo discurso a que Lacan definiu em fórmulas.

Nesse jogo de relações, a experiência do inconsciente se torna possível se, e somente se, o analista estiver em seu lugar (aquele em que o processo o fixa) e, daí, responde de maneira interpretativa. Nesse pensar, o analista forma parte do conceito do inconsciente.

A estrutura mesma do processo analítico fixa condições de assimetria para seu funcionamento, indicando ao analista separar-se como sujeito, abstinência que descarta qualquer forma de intersubjetividade.

Para orientar-se em sua interpretação, há de estar atento à escuta daquilo que lhe é dirigido, tratando de situar vacilações do sentido, ambiguidades, inconsistências, equívocos que fragmentem a coerência e continuidade do relato que lhe é dirigido, para fazer ouvir um “dizer Outro” naquilo que lhe chega como dito.

A emergência deste dizer do Outro, que torna intencionadas as percepções e desfaz as complacências do sentido, é o que promove uma experiência de alteridade. Submerso na experiência da palavra, que é a escuta na transferência, o analista atende simultaneamente aos efeitos que essa escuta tem sobre ele mesmo, as maneiras em que se vê afetado pela transferência que deve sustentar: o que sente, se lhe ocorre ou evoca, o que pode ser levado a fazer sem dar-se conta.

Este ver-se afetado do analista é o que se teorizou sob o nome de contratransferência. Efeitos de discurso equivalentes aos que surgem da escuta podem ser utilizados como tais, para construir uma formulação interpretativa, mas não se deve buscar neles nenhum imediatismo, evidência ostensiva ou certeza de respeito do sentido do que é articulado no discurso do analisando.

Os debates sobre a contratransferência põem em jogo concepções mais que fenômenos.

A meu ver, conceber este “ver-se afetado” com a noção de contratransferência (que, insisto, não é “o que ocorre”, senão uma concepção) e, sobretudo, pensá-la em um nível de paridade com a transferência, isto é: postular o par transferência-contratransferência induz a pensar a prática e as intervenções do analista em um plano de reciprocidade que desorienta com relação a um intercâmbio que, como antes, sustentou, sendo assimétrico pela estrutura.

Um correlato dessas discussões é a questão da pessoa do analista: suas características ou traços peculiares, gostos, preferências, ideais, preconceitos, convicções políticas ou religiosas etc. e a incidência que teriam em sua operação. Costuma-se opor a isso a noção de “presença”, esse “ser ali” do analista no dispositivo que está justamente em tensão com as características pessoais que dever subtrair da troca com o analisando.

É dizer que a orientação do analista em sua prática não provém de aspectos de sua pessoa, senão de ter atravessado a experiência do inconsciente em sua análise de formação. O analista não “nasce”, seus recursos não provém de capacidades ou talentos inatos. Por não ser assim, para que analisar-se?

Sustentar sua posição no processo é algo sempre em tensão com o que se opõe consigo mesmo e o torna frágil e instável: a resistência do analista. Fórmula em que sua ambiguidade foi postulada por Lacan como sendo a única resistência.

Posição, então, que se deve sustentar e recuperar cada vez como uma posição desejada, que depende de uma determinação, uma decisão que se apoia no que Lacan denominou o “desejo do analista”.

Esta noção que postula a existência de um “desejo mais forte” tem como referência a concepção platônica do desejo de morte como o mais forte entre todos os desejos, é o que retém as almas no Érebo para que permaneçam ali.

Se o analista se sustenta e opera em seu lugar, é enquanto retém um desejo mais forte que as tentações que tendem a separá-lo.

A fonte, a origem da boa prática do analista provém de um desejo que o orienta e não dos conceitos com os quais crê sustentá-lo. Não conta tanto o que crê que faz, senão o desejo pelo qual se mantém em sua posição. Lacan afirma que uma prática não tem que ser esclarecida para operar com eficácia.

Este desejo mais forte depende dos efeitos da cura sobre o campo do desejo, se produz ali uma mudança, uma mutação na economia desse campo.

O desejo mais forte, o “bom desejo”, emerge pela operação de desprendimento das aderências de gozo (as significações edípicas para Freud) como efeito da cura sobre o desejo neurótico, o desejo do analisando.

O desejo do analista, enquanto não neurótico, menos sujeito às fixações do gozo, funciona como o motor da cura. Desprendido do gozo das repetições edípicas, pode operar aberto à novidade de outros encontros, preservando uma dimensão de enigma que permite receber o “alter”, o distante, e reconhecê-lo, sancioná-lo como tal, sem reduzi-lo ao próprio, ao conhecido.

Requer-se algo da índole do que alguns analistas formulam como tolerância ou inclusive coragem, para alojar esse distante, estranho, Outro, que “traumatiza”. Com a capacidade de reter o que não se compreende, e responder reinventando e preservando, ao mesmo tempo, o mistério, a alteridade radical, que resguarda a singularidade do analisando. Evitando que essa singularidade fique englobada em um saber universal, inclusive num ideal de autenticidade que o guarde em uma identidade sem sobra que suprima o Outro. Pelo contrário, mostrando possibilitar que o sujeito encontre no Outro de si mesmo uma oportunidade.

A raiz dessa mutação econômica do campo desejante, o desejo do analista não se satisfaz, como o do neurótico, com o apaziguamento que trazem as identificações. A maneira em que o analista está implicado na transferência não é por identificação. Isso o habilita a operar em primeira pessoa, sem copiar ou reproduzir um modelo do que se autorizar, embora não por isso prescindir por completo das determinações do modo de ser próprio.

A fórmula que Lacan provê: “menos afetação da autoridade. Mais segurança para invocar o pessoal na prática” destaca essa segurança que somente pode provir da “experiência do inconsciente”, o único que é constitutivo para um analista.

Em síntese: um analista sustenta uma posição (como tal relativa às outras): sua condição de dispositivo, sustentado em um desejo que é efeito de haver atravessado essa experiência constitutiva.

Distintos interrogadores insinuam em precisar os resultados para sustentar a posição do analista. Um deles é: Quando é encontrada uma interpretação?

Resposta: quando produz efeitos (ecos, ondas, ressonâncias). Quer dizer: quando tem consequências. Sequências associativas como único lugar onde verificar a eficácia de uma interpretação. Se produzem associações se relança o processo.

A interpretação não se limita a revelar conteúdos ocultos que preexistem a ela, em um esforço para tornar o mundo transparente. Consiste em uma estratégia de produção de novas simbologias, criação de imaginários que constroem novos sentidos, em luta com outros que, em sua inércia, sustentam o que, no lugar do semblante e por via da repetição, resiste à reescrita do ato enunciativo.

A interpretação não é uma ferramenta para ascender às verdades últimas, não pretende descrever a realidade, senão transformá-la. A noção de práxis se sustenta

na ideia de que a interpretação é um instrumento de crítica, de situação em crise de identificações que tendem a consolidar-se na inércia de suas certezas.

O processo que a interpretação promove, uma série de transformações que o analista, com sua presença e acionamento do dispositivo, põe em movimento, não é algo que permanece sob seu absoluto controle.

Freud o compara com o papel do varão na fecundação e na gravidez: dá início a algo que logo segue seu movimento, segundo leis próprias.

Trata-se, então, de não entorpecê-lo, isto é: não favorecer a resistência.

Essas operações em que o analista se “des-subjetiviza”, se subtrai como sujeito para tornar-se objeto na transferência, põe em movimento o que se postula como um tratamento, uma cura, algo que suporta um efeito terapêutico. Se não existir este último, para que empreender a aventura de uma análise?

Surge, então, uma segunda pergunta sobre a eficácia: *como esta experiência cura?*

Uma resposta habitual em certas correntes psicanalíticas traduz o “fazer consciente o inconsciente”, em um processo de conhecimento de estabilidade socrático-maiêutico: conheça a ti mesmo.

Não obstante, a interpretação não dá como resultado esse efeito imaginário de completude, completo por aquisição de um novo “saber de si” que é sugerido pela noção de *insight*.

Pelo contrário, o reconhecimento da emergência do inconsciente produz divisão subjetiva, perplexidade: Quem falou? Quem enuncia isso que surge nas associações?

Perplexidade perante a qual o analisando se vê impulsionado a realizar um trabalho, mais que tendo chegado a uma iluminação.

*Insight*, por outro lado, não é um termo que conste nos vocabulários freudianos, nem está claro que se traduz do alemão em raras ocasiões em que aparece na *Standard Edition* como parte de uma descrição.

A experiência, então, não seria um instrumento para lograr um fim (conhecimento de si, por exemplo), senão um fim em si mesmo.

Tampouco é algo que indica a outra coisa, quer dizer que se ordene em função de ideais a alcançar. Freud nos adverte: o ideal de cura (*furor sanandi*) funciona igual a qualquer ideal proposto como meta, tal como antes se mencionou, como resistência a decorrer do processo.

Não conta aqui o resultado - ideal? – que se alcance, senão se chegou aqui por uma via analítica.

Há algo na própria via, na continuação do trabalho de análise que se torna curativo, que transforma o analisando.

Isto é o que se busca expressar com a fórmula: “a cura se dá por acréscimo”, quer dizer, se dá por esta via e se obstaculiza se se pretende buscá-la premeditada e frontalmente.

Por último, com respeito da melhora, não se busca na cura a supressão total dos sintomas como acontece no modelo médico que tende a *restitutio ad integrum* de um estado de normalidade ou saúde proposta, senão a passagem da miséria neurótica ao infortúnio comum, a parte que nos toca no irracional mal-estar na cultura.

Na experiência da análise não se entra dividido, cindido, para sair integrado, unificado, aliado com o saber provido pelo insight. Melanie Klein assinalou os limites do processo de integração.

Trata-se de produzir um sujeito advertido de sua divisão, daquilo que “porta entre brumas” e que constitui sua fragilidade. Deverá “saber fazer com ela”, narrá-la, bem dizê-la, fazer que algo dessa fragilidade passe ao dizer.

O sintoma é, por sua vez, uma determinada forma de satisfação: a vida sexual do neurótico. O trabalho analítico que modifica essas formas de satisfação, essas modalidades de gozo, é o que lemos como efeito terapêutico.

Conclusão: a psicanálise teria que alterar, transformar, ter efeitos sobre a vida sexual dos analisandos.

Isto não implica que desapareça o não sabido do saber, o inconsciente, senão que este persiste como sobra “incurável” do trabalho analítico.

Nessa experiência de palavra no campo da linguagem em que consiste a psicanálise, duas operações transcorrem em sincronia: trata-se, por um lado, de alojar esta sobra, refugio e limite, do saber articulado, tarefa que põe em prova a capacidade do analista de reter, registrar sem compreender.

Por outro lado, se deve desalojar, tal como antes se afirmou, qualquer representação-meta de modo que o ideal ordene o suceder associativo em função de uma utilidade deduzível, calculável, conforme os fins. Isso põe em prova essa convicção do analista que somente se cultiva na própria análise, para exercer a regra de abstinência.

A experiência do inconsciente, dessa perspectiva, implica a disposição tensa de duas modalidades de relação do ser falante com a linguagem como ordem de alteridade.

Por essa razão, resultam extremamente ilustrativos os desenvolvimentos que distintos autores, provenientes de campos disciplinares diversos: filosofia, crítica literária, sociologia, história da arte etc., fizeram sobre a noção de experiência.

Todos esses têm em comum tomar como ponto de partida de suas ideias a relação dos humanos com a linguagem. Relação em que o “*infans*”, o vivente, se humaniza com processo de converter-se em falante, usuário de sua língua materna, ao ser incluído na ordem do discurso que o precede e condiciona, sobredeterminando-o.

Os pensamentos mencionados dão conta da tensão que se gera e mantém, entre a relação original de *infans* com a linguagem e o que se passou a chamar racionalidade, de acordo com fins que postula, uma concepção da linguagem como informativa, como instrumento que, em um gesto de domínio, tende a reduzir a diversidade das coisas no trabalho unificador e objetivista do conceito, produzindo um mapa do mundo articulado desta versão da linguagem funcional e pragmática.

Dessa forma, a linguagem opera como uma máquina conceitual que desdenha as dimensões narrativas e sensíveis da experiência, ficando esta envolvida ao experimento, regido no plano do empírico por uma linguagem matematicamente articulada que reduz a singularidade ao caso particular de uma totalidade global e postula o necessário e universal como metáfora última do trajeto do sujeito na época da ciência. Época que define um novo conceito de experiência em tempos da modernidade.

Esta maneira de conceber a linguagem se contrapõe à experiência do *infans* que dispõe de uma relação com as coisas tendentes a apropriar-se da diversidade do mundo, sem submeter esta diversidade ao império da unidade do conceito. Relação com a linguagem e as coisas que se entrecruza com estas, sem exercer uma redução empírica que as situe como parte de uma cadeia de montagem como recursos funcionais do sistema, senão preservando as ressonâncias de seu próprio nome, sua originalidade, sua condição de insubstituíveis.

Descreve-o como reflexo desta relação do *infans* com o mundo, o modo de caminhar descompassado da criança, sem rumo determinado, nem atado a propósitos que a forcem a destinos prefixados, senão semelhante a experiência do *flanêur*, deixando-se levar pela improvisação e a sorte para descobrir o significativo no inesperado, no que se apresenta de improvisado em sua especificidade, mas permitindo iluminar a trama de uma existência.

A regra fundamental indica reproduzir as condições dessa relação do *infans* com a linguagem, quando tende a instalar a associação livre e seus trajetos, não sujeitos a fim algum, onde algo não se alcança por meio de uma busca intencional senão deixando-se permitir ao que se esconde nos labirintos do relato do analisando e somente se revela parcialmente.

Palavra hermética e, por sua vez, verdadeira, que tem o poder de mudar a vida, dando entrada a jogos de verdade, jogos de linguagem com esse poder que a palavra adquire quando funciona como revelação, momento de corte no seio de uma sequência associativa determinada.

Os jogos da linguagem, que materializam o deixar-se levar antes mencionado, são a língua da criança que começa a empregar as palavras. A criança fala como brinca, põe em jogo sua linguagem. Isto não implica que a linguagem infantil seja paradigma de toda linguagem, senão que o ponto de partida da linguagem da criança acontece em forma de jogos.

Esta experiência de linguagem que a associação livre, não sem resistências, viria a instalar, começa a modificar o presente, não por uma via ‘progressiva’ que o transforme em um ideal projetado ao qual adequar-se (“o que daria resposta satisfatória às necessidades das gerações futuras”), mas sim por via da regressão que permitirá recolher do passado os sonhos não realizados. Neles, no ainda não pronunciado que aguarda no seio do impronunciável, no ainda não nascido, jaz uma esperança de futuro que não se deve confundir com promessa de felicidade.

A experiência do inconsciente como via de acesso a essa alteridade radical manifesta os traços com que se planejou definir a noção de experiência: limite e interior.

Limite porque dá conta do que acontece quando um sujeito toma a decisão (nem sempre consciente e que poderia não tomar) de se pôr radicalmente em dúvida, indo até o limite do possível, mais além dos saberes estabelecidos. Atravessando o plano das identificações em que se reconhece. Há nesta experiência limite uma renúncia de si mesmo, questionamento ao ser em interesse de fundar um novo ser. Paixão por negar-se que não é ceticismo nem dúvida metódica, mas sim confiança na infinidade do criável.

Interior, não por ser subjetiva, individual ou transcorrer numa dimensão de mundos interiores, senão interior a si mesma, enquanto somente em seu próprio seio pode-se captar a “unidade irreduzível do conjunto de suas distintas operações intelectuais, estéticas, morais, que o pensamento discursivo se vê obrigado a distinguir, mas que, para a experiência propriamente dita, são inseparáveis”.

Essas características fazem com que a experiência não possa se autorizar em nenhum saber prévio ao ver-se levada a questionar a todos, mas, então, ela mesma se torna fundadora, autora.

Daqui surge aquilo que o analista somente se autoriza por si mesmo, isto é: por essa experiência da alteridade em que se constitui como tal.

**Psychoanalysis: The experience of alterity**

**Abstract:** Freud postulated that going through “an experience of the unconscious” is the only possible way of becoming an analyst. Psychoanalysis is a method , an asymmetric device that carries in its core the seed of the interplay of relationships of which this experience consists. It is a novel form of social link that promotes an experience of radical alterity. The countertransference and the topic of the person and the presence of the analyst are discussed together with the notion of position in the device and the “desire of the analyst” as an engine for the cure .An interpretation is accurate when it produces effects, has consequences re-launches the process. The experience is extreme and interior, can not be authorized by any previous knowledge since all knowledge has been questioned, and becomes primordial, its creator. The result that arises from this is that the analyst is only authorized by him/herself , that is: because of the experience of alterity in which he /she is constituted as such.

**Keywords:** experience; unconscious; alterity; device.

**Psicoanálisis: La experiencia de la alteridad**

**Resumen:** Freud planteó que la necesidad de atravesar “una experiencia del inconciente” es lo único constituyente para un analista. El psicoanálisis es un método, un dispositivo asimétrico que aloja en su seno el germen del juego de relaciones en que consiste esa experiencia. Nueva forma de lazo social, promueve una experiencia de alteridad radical. La contratransferencia y la cuestión de la persona y presencia del analista, se discuten con las nociones de posición en el dispositivo y “deseo de analista” como motor de la cura. Una interpretación es atinada cuando produce efectos, tiene consecuencias, relanza el proceso. La experiencia es límite e interior, no puede autorizarse en ningún saber previo por verse llevada a cuestionarlos a todos, y deviene fundante, autora. De aquí surge aquello de que el analista solo se autoriza por sí mismo, esto es: por esa experiencia de la alteridad en que se constituye como tal.

**Palabras clave:** experiencia; inconciente; alteridad; dispositivo.

## **Referências**

- Agamben, G. (2004). *Infancia e Historia*. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editores.
- Aussoun, P.L. (1992). *Freud y Wittgenstein* [Freud and Wittgenstein]. Buenos Aires: Ed. Nueva Visión.
- Barredo, C. (2008). *La práctica en debates*. Congreso Argentino de Psicoanálisis, Córdoba.
- Barredo, C. (2010). *Luz, cámara, ficción*. Jornadas de Comunidad y Cultura, FEPAL, Lima.
- Bataille, G. (2008). *L'expérience intérieure*, París: Gallimard.
- Benjamin, W. (2007). *Illuminations*. New York: Schocken Books.
- Forster, R. (2009). *Benjamin, una introducción*. Biblioteca Nacional. Buenos Aires:Ed. Quadrata.
- Foucault, M. (1964). Nietzsche, Freud, Marx. *Revista Eco* n° 113 Colombia.
- Freud, S. (1915). *Observations on transference love*. S. E. XII. The Hogarth Press, London.
- Grüner, E. (2005). *El fin de las pequeñas historias*. Buenos Aires: Paidós.
- Lacan, J.( 1991). *L'Envers de la psychanalyse*, Le Séminaire, Livre XVII, Paris: Ed. Seuil.

**Revisão Técnica:** Leonardo Siqueira Araujo

**Tradução:** Carlos Eduardo de Oliveira Guedes

Carlos Ernesto Barredo  
Armenia 2448 PB "A" (1425)  
Ciudad Autónoma de Buenos Aires  
República Argentina  
calibar1@hotmail.com